



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 16.716/17

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência e Assistência do Município do Conde, concedendo Aposentadoria Voluntária com proventos integrais a Sra. Alessandra Araújo da Silva, Matrícula nº 1201, Professora A3 – X (T30), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, que contava, à época do ato, 10.795 dias de tempo de serviço, e idade de 51 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em Exercício - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em Exercício - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 16.716/17

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): Alessandra Araújo da Silva

Órgão: Instituto de Previdência e Assistência do Município do Conde

Gestor Responsável: Nório de Carvalho Guerra

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria Voluntária com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC 0295/2018

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC nº 16.716/17 referente à Aposentadoria Voluntária com proventos integrais da Sra. Alessandra Araújo da Silva, Matrícula nº 1201, Professora A3 – X (T30), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 08 de fevereiro de 2018.